



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**MIGUEL MARIANO DE GÓIS FILHO  
ROSIVALDO BAÍA DE GOZ**

**O SURGIMENTO DA FILOSOFIA OCIDENTAL NO BRASIL COLÔNIA**

Santana/AP  
2019

MIGUEL MARIANO DE GÓIS FILHO  
ROSIVALDO BAÍA DE GOZ

## **O SURGIMENTO DA FILOSOFIA OCIDENTAL DO BRASIL COLÔNIA**

Artigo apresentado ao colegiado do curso de Filosofia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP- Campus Santana, como requisito obrigatório a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Profa. Esp. Rauliette Diana Lima e Silva.

MIGUEL MARIANO DE GÓIS FILHO  
ROSIVALDO BAÍA DE GOZ

## **O SURGIMENTO DA FILOSOFIA OCIDENTAL DO BRASIL COLÔNIA**

Artigo apresentado ao colegiado de Filosofia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Campus Santana, como requisito obrigatório a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

### **BANCA AVALIADORA**

---

**Profa. Esp. Rauliette Diana Lima e Silva - Orientadora.**

---

**Prof. Me. César Augusto Mathias de Alencar - Avaliador**

---

**Prof. Me. Victor André Pinheiro Cantuário - Avaliador**

Santana/AP  
2019

Dedicamos especialmente aos nossos familiares que sempre nos aconselharam a não desistir da vida acadêmica, a perseverar nos estudos e sonhar com uma vida futura melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por nos ter concedido esta oportunidade ímpar, sem a sua proteção seria impossível.

À nossa orientadora professora Rauliette Diana Lima e Silva, por nos ter conduzido tão profissionalmente nas orientações.

Aos nossos familiares, pela confiança e motivação, pois se mostraram incansáveis nos ajudando em todos os sentidos.

Aos amigos e colegas, pela força e pela vibração em relação a esta jornada.

Aos professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste curso.

“O homem não é nada além daquilo que a **educação** faz dele. Não somos ricos pelo que temos, mas sim pelo que não precisamos ter”. (Immanuel Kant).

## O SURGIMENTO DA FILOSOFIA OCIDENTAL DO BRASIL COLÔNIA

MIGUEL MARIANO DE GÓIS FILHO<sup>1</sup>  
ROSIVALDO BAÍA DE GOZ<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo vem analisar o surgimento da filosofia ocidental do Brasil colônia, buscando enfatizar os fatos que marcaram a conjuntura desse período, ocorrido com a chegada dos colonizadores portugueses, no século XVI, até a ruptura iluminista no século XVIII. Esse período foi um momento de exploração e dominação aos moldes de um ideário transplantado que influenciou radicalmente o modo de viver e pensar dos povos nativos já existentes no Brasil. Logo, o objetivo do trabalho é analisar a conjuntura colonial e o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil Colônia. A metodologia utilizada para a realização do trabalho está alicerçada na pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Sendo assim, verificou-se que o surgimento da filosofia sofreu forte influência dos portugueses, que transplantaram para o Brasil um modo de viver e pensar capaz de suprimir as peculiaridades dos povos nativos, tendo estes que se adequarem à concepção de homem e mundo dos recém-chegados. Porém, conclui-se que ainda é preciso pesquisar, estudar e conhecer mais, para entender melhor o nascimento e o desenvolvimento da Filosofia no Brasil, além das contribuições e o legado deixado para o povo brasileiro.

**Palavras chave:** Colonização. Ideário transplantado. Filosofia do Brasil.

**ABSTRACT:** The present article discusses or approaches the western philosophy of Brazil in the colony, seeking to emphasize the facts that marked a conjuncture after this period, which occurred with the arrival of the Portuguese colonizers in the 16th century, until an illuminated break in the 18th century. This period was a time of exploration and domination along the lines of a transplanted ideology that radically influenced the way of living and thinking of native peoples already existing in Brazil. Therefore, the objective of this paper is to analyze a colonial conjuncture and the development of philosophical thinking in Colonial Brazil. The methodology used to perform the work is based on bibliographical research with qualitative approach. Thus, it was found that or the emergence of philosophy is strongly influenced by the Portuguese, which is transplanted to Brazil and that the way of living and thinking is capable of suppressing as peculiarities of native peoples, which have to suit the use of man and the world of newborn babies. However, conclude that it is still necessary to use, study and know more to better understand the birth and development of philosophy in Brazil, as well as the contributions and legacy saved for the Brazilian people.

**Keywords:** Colonization. Transplanted ideology. Philosophy of Brazil.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Filosofia pela Universidade Federal do Amapá (Unifap), Campus Santana.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Filosofia pela Universidade Federal do Amapá (Unifap), Campus Santana.

O presente artigo intitulado “**O Surgimento da Filosofia Ocidental do Brasil Colônia**”, busca enfatizar os fatos que marcaram a história do pensamento filosófico no Brasil, no século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses até o século XVIII, com a ruptura iluminista, cujo objetivo geral é analisar a conjuntura colonial e o desenvolvimento do pensamento filosófico do Brasil Colônia.

A finalidade deste trabalho é desenvolver alguns questionamentos sobre a visão de mundo e sociedade existente na época e a visão europeia transplantada, que gerou grandes conflitos aos povos nativos já existentes no Brasil. Esse período foi um momento de exploração e dominação aos moldes da ideologia portuguesa, onde índios e negros foram submetidos a vivenciar uma realidade diferente de sua cultura, e do seu modo de viver e pensar, sofrendo uma transformação radical que ocasionou a perda da sua identidade e o aniquilamento de suas ideias e convicções sobre a vida e o mundo.

A partir dessa ocasião, buscou-se responder o seguinte problema: Como se organizou a conjuntura colonial e o desenvolvimento do pensamento filosófico do Brasil Colônia? Diante dos inúmeros problemas vivenciados nesse período, ressalta-se a importância desse estudo para compreender melhor como ocorreu a organização desse processo e em que contribuiu para a construção da filosofia brasileira. A presente investigação deve-se ao interesse pessoal e profissional que requerem o aprofundamento dos conhecimentos relacionados ao contexto que marcaram o surgimento do pensamento filosófico do Brasil Colônia, permitindo diminuir a deficiência comumente detectada na formação inicial do curso de filosofia, causadas pelas limitações de estudos e compreensão da filosofia enquanto parte de nossa história.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho está alicerçada na pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, tendo como fontes a pesquisa em artigos acadêmicos e livros da área filosófica, buscando fazer um levantamento das principais questões que envolvem a construção do pensamento filosófico brasileiro.

Dessa maneira, o artigo está organizado em três itens e pretende somar às discussões sobre o período colonial e o desenvolvimento do pensamento filosófico brasileiro. O primeiro item faz uma síntese sobre a conjectura colonial e o surgimento da filosofia ocidental do Brasil Colônia. O segundo aborda o desenvolvimento do

pensamento filosófico do Brasil Colônia e o terceiro e último item, expõe o pensamento filosófico do Brasil Colônia no período da ruptura iluminista.

Constatou-se que o surgimento da filosofia sofreu forte influência dos portugueses, que transplantaram para o Brasil um modo de viver e pensar capaz de suprimir as peculiaridades dos povos nativos, tendo estes que se adequarem à concepção de homem e mundo dos recém-chegados. Além disso, destaca-se que pensadores e filósofos brasileiros também tiveram sua parcela de contribuição para o desenvolvimento da filosofia do Brasil, evoluindo até a contemporaneidade, fato que colabora para construção da capacidade de analisar e compreender, com mais eficiência, sobre o pensamento filosófico brasileiro do período colonial.

## **1 A CONJUNTURA COLONIAL E O SURGIMENTO DA FILOSOFIA OCIDENTAL DO BRASIL COLÔNIA**

O surgimento da Civilização Brasileira foi resultado de um processo de colonização que envolveu a adaptação dos portugueses, dominação, exploração, catequização, aculturação e escravização dos índios e principalmente dos negros trazidos da África aos moldes e arcabouços europeus.

Os indígenas possuíam uma visão de mundo de caráter religioso bastante complexo que dificilmente poderia ser caracterizada como "primitiva", desse modo, apresentam peculiaridades que a tornam profundamente diferente do olhar de mundo lusitano, e segundo Pinto (PINTO, 2013, p.169) "tais peculiaridades foram responsáveis não só pela adoção de políticas educacionais específicas por parte dos missionários jesuítas, mas também pela introdução de conceitos novos em filosofia do direito e filosofia política nos países europeus".

Com a chegada dos colonizadores portugueses, a cultura dos povos indígenas foi deixada de lado para dar lugar à concepção europeia de homem e de mundo, pois o modo de vida dos recém-chegados, do ponto de vista social, cultural e religioso, era bastante distinto ao dos povos nativos do lugar, provocando assim, um choque cultural e a descaracterização desses habitantes. Expresso na afirmação abaixo de Pinto:

O surgimento da civilização brasileira foi o resultado de um processo de colonização que envolveu a adaptação dos portugueses à vida nos trópicos. Ao instalarem-se nessas regiões, eles trouxeram consigo a carga cultural

ibérica e tiveram de adequá-la a uma situação inteiramente nova. (PINTO, 2013, p. 169).

A cultura existente na colônia era considerada pelo europeu como inferior e selvagem. Os portugueses impuseram uma mudança radical na cultura existente, moldando-a e, conseqüentemente, provocando um resultado malicioso quanto a perda da identidade, e a supressão da cultura indígena.

Segundo Darcy Ribeiro (apud, PINTO, 2013, p. 169), o resultado disso “foi o surgimento, como unidade étnica e configuração cultural, de um novo povo, por meio da destribalização dos índios, da desafricanização dos negros e da deseuropeização dos brancos”.

PINTO (2013), ainda acrescenta para esse momento, que a perda da identidade provocou nos habitantes do Brasil um drama existencial<sup>3</sup>, ou seja, contradições que foram surgindo entre as convicções que sempre acreditaram e as trazidas pelos europeus, acarretando na degradação dos costumes, a conduta moral das pessoas, a dominação cultural impregnada pelos colonizadores, contribuía para a corrupção do homem e, conseqüentemente, para o desprezo pelo mundo e uma visão cética e pessimista, sem solução para resolvê-los.

Do ponto de vista filosófico, as circunstâncias da vida colonial geram uma visão de mundo ao mesmo tempo cética e pessimista, porque o drama existencial vivido não parece ter uma solução à vista. O português transplantado para os trópicos experimenta, assim, na sua própria consciência uma contradição insuperável entre, de um lado, os ideais morais europeus, representados pela elevação moral do projeto jesuítico, e, de outro lado, o comportamento imoral que ele mesmo compartilha com os demais colonos. (PINTO, 2013, p. 172).

A visão cética e pessimista do mundo causou na sociedade da época uma visão incerta e paradoxal de si mesmo, ligada a um caráter eminentemente moral que os levava a crise de consciência e ao sentimento de culpa.

Vale ressaltar, que não só os nativos, como também os colonos da elite, eram pobres de espírito e mentalidade, pois mesmo o senhor da casa-grande, considerado um homem rico e de posses, vivia igual ao pobre, apesar de possuir bens e propriedades, não possuía o refinamento da alta cultura ou da alta espiritualidade dos

---

<sup>3</sup> Drama de um indivíduo que perdeu a própria identidade e que se debate entre duas tendências opostas; uma representada pelo impulso cooperativo e outra representada pelo impulso competitivo desagregador. (PINTO, 2013, p. 172).

modelos europeus. Foi nesse ambiente tosco, hostil e deplorável que foram moldadas a cultura e a mentalidade coloniais brasileiras, poucas letras e tacanha, com a igreja no comando. Isso era percebido pelos viajantes que chegavam à colônia, conforme mostra Domingues no trecho abaixo:

Com efeito – indaga-se -, tirantes o mandonismo e a prepotência do senhor do engenho, além da indolência e da lascívia, o que sobrava para a alta cultura e as obras do intelecto? Nada, ou melhor, tudo – o tudo de uma cultura rude e do total analfabetismo, o tudo de um mundo sem letras e sem as luzes do intelecto, condenando todos à pobreza de espírito e aos prazeres dos baixos instintos, nada mais. (DOMINGUES, 2017, p. 106).

Diante desse contexto, DOMINGUES (2017), acrescenta que “À exceção do clero, ninguém escapava dessa situação; nem mesmo [...] as elites opulentas das casas-grandes, sendo, aliás, elas mesmas, com a sua proeminência, as responsáveis diretas pela tacanhice e a mediocridade da vida colonial”. (ibid).

É nessa conjuntura que a filosofia chega ao Brasil Colônia no século XVI, sendo implantada pelos jesuítas que utilizaram a *Ratio Studiorum*<sup>4</sup> como método pedagógico e seguiam os preceitos de Aristóteles e Tomás de Aquino. O modelo educacional proposto pelos jesuítas tinha a clara pretensão de formar um tipo de homem baseado nos moldes e princípios escolásticos, coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação. O propósito central do sistema *Ratio Studiorum* como ensino apostolado intelectual, era de formar bons católicos, cristãos, ou seja, não eruditos. Eles não estavam preocupados realmente com a educação dos colonos, mas em apenas moldá-los da forma que fosse conveniente aos colonizadores.

A proposta pedagógica da *Ratio Studiorum* comportava três cursos fundamentais, Letras Humanas, Artes ou Filosofia e Teologia. Estes três cursos formavam uma hierarquia rígida, tanto Letras quanto Filosofia preparavam os estudantes para o curso considerado superior, o de Teologia.

Os ensinamentos oferecidos pelos jesuítas eram de cunho tomista e desenvolviam basicamente preceitos que se referiam à segunda escolástica portuguesa, que alguns autores chamam também de escolástica tardia, onde se

---

<sup>4</sup> Aprovada em forma definitiva nos começos do século XVII e que sintetiza a experiência pedagógica dos jesuítas, regulando cursos, programas, métodos e disciplina das escolas da Companhia. A *Ratio Studiorum* fixa as normas tanto para os chamados estudos inferiores como para os de nível universitário. Os primeiros visavam proporcionar ao estudante conhecimentos sólidos das gramáticas latina e grega, habilitá-lo a escrever e a falar de modo erudito. Interessa-nos mais de perto os estudos superiores que a este ciclo se seguiam. (PAIM, 2007, p. 13).

fundamentava na defesa da ortodoxia católica e seus dogmas em oposição a reforma protestante, reforçando a expansão colonialista e adesão ao catolicismo português.

Dessa forma, os séculos XVI e XVII, marcam o início do pensamento filosófico no Brasil e permanecem basicamente seguindo os ensinamentos da escolástica tardia influenciados pelo Concílio de Trento e embasados pela Ratio Studiorum. A expedição colonizadora da Companhia de Jesus exercia forte influência no ensino assumindo desde então, o controle de duas frentes e tendo como intenção inicial, catequisar e instruir os índios, mas sem criar as universidades, com dois eixos ou componentes:

[1] o ensino, nas cidades, em escolas elementares de ler, escrever e contar, bem como em colégios e seminários, além das ações de catequese nas reduções e em povoados rurais, pelos mestres-escolas jesuítas; [2] o ensino em casa nos engenhos, por capelães agregados ou por mestres particulares, aqueles saídos do clero regular submetido à Coroa (não se sabe ao certo), deixados na penumbra. (FREYRE, apud DOMINGUES, 2017, p. 109).

A Filosofia surge no Brasil, trasladada de Portugal, sem começar do zero, precária, ibérica e de segunda mão, se configurando como ramo da escolástica e do pensamento católico e não como ramo da portuguesa ou espanhola, numa terra avarenta e num meio intelectual pobre, diminuto e sem escala – como no Brasil -, cresceu pouco e deu poucos frutos. Na exposição do próximo item: A construção do pensamento filosófico do Brasil colônia, tentaremos esclarecer de forma clara essas afirmações.

## **2 O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO DO BRASIL COLÔNIA**

No Brasil, o período da colonização, está compreendido entre os anos de 1530 a 1822. Esse período foi dividido em dois momentos: período do catolicismo barroco (que se deu entre 1530 a 1808), período este que datam das primeiras ideias filosóficas no Brasil, e o período da ruptura iluminista (que se deu entre 1808 a 1822), conforme PINTO:

[...] a denominação mais conveniente para a primeira etapa da história das nossas ideias filosóficas é o período do catolicismo barroco e que seu término ocorre em 1808, data que constitui a marca do fim da época colonial no país e envolve a primeira mudança realmente significativa na nossa orientação filosófica. (PINTO, 2013, p. 237).

O período do catolicismo barroco abarcava alguns conflitos vividos pelo homem, tais como a exploração dos índios e negros, as mazelas sociais, a perda da identidade, entre outros. Dessa forma, o pensamento filosófico brasileiro tinha uma missão salvífica e civilizadora, pois era sempre considerado como pobre e de segunda mão, utilizando métodos voltados para a conversão e escravidão aos índios e negros, além da providência de uma postura moral que estivesse em sintonia com a sociedade, pois segundo PINTO (2013, p. 312).

Os principais problemas que preocupam os nossos pensadores da época, diferentemente do que pensa Paim, têm a ver com a conversão dos índios, a conversão dos escravos, a legitimidade da escravidão e a atitude diante da vida na sociedade colonial.

DOMINGUES (2017) ressalta que essa conversão representaria a precariedade da filosofia colonial, pois estava pautada em uma escolástica esvaziada e desgastada, sem muita repercussão e sem apresentar nada peculiar.

Os principais representantes da filosofia no período foram: Padre Manoel da Nóbrega, Padre Antônio Vieira, Diogo Gomes, Alexandre de Gusmão, Gregório de Matos, Manoel do Desterro, Jorge Benci, Nuno Marques Pereira, entre outros, e buscam antes de tudo, explicar a visão de mundo predominante nesse período, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento do pensamento filosófico brasileiro.

Padre Manoel da Nóbrega, embora não tivesse objetivos filosóficos em seus escritos, estes foram de grande valia para analisar a realidade local. Dessa forma, seus textos enfatizavam dois momentos para se compreender o pensamento político moderno: “a legitimação do poder político pelo consentimento e o conceito do direito subjetivo”. (PINTO, 2013, p. 242), e sobre essas mudanças, o autor ainda esclarece que:

A primeira delas [...] os missionários jesuítas no Brasil já o haviam elaborado para justificar a mudança proposta por Nóbrega com respeito a uma nova forma de governo para os índios do Novo Mundo. A segunda dessas mudanças está ligada a um aspecto importante [...] que altera o conceito de direito natural, concebido como dádiva divina inalienável, substituindo-o pelo conceito do direito subjetivo, entendido como uma faculdade humana que a pessoa pode alienar voluntariamente.

Pode-se dizer que os textos elaborados por Nóbrega possuem grande relevância para o desenvolvimento do pensamento filosófico brasileiro, da filosofia do direito e do jusnaturalismo na Europa.

Padre Antônio Vieira (maior expoente do pensamento luso-brasileiro no século XVII), defendia o conceito do 'pecado filosófico' "entendido como aquele que não condena o pecador ao inferno porque foi cometido num contexto de ignorância total de Deus" (PINTO, 2013, p. 244). Já Alexandre de Gusmão, PINTO (2013) compara a existência humana a uma peregrinação, que abarca dificuldades e sofrimentos para se chegar ao objetivo final: a salvação.

Todos os demais pensadores da época contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil, combinando elementos lusitanos e brasileiros fundamentais para a construção da visão de homem e de mundo adotada no Brasil Colônia. Há entre eles uma diversidade de questionamentos que envolvem as mazelas sociais vividas no período colonial, uma visão filosófica cético-estoico-salvacionista comum entre os autores da época. Tal visão surge da necessidade de compreender e explicar a ambiguidade da vida e a dúvida incrédula existente na época colonial, permitindo a cada pensador, julgar e defender seu ponto de vista sobre a insatisfatoriedade do momento na busca de soluções para resolvê-los. PINTO (2013, p. 358-359) explica com mais clareza que:

[...] a visão de mundo mencionada constituiu a abordagem possível para enfrentar a degradação moral da vida na Colônia e se caracterizou por uma mistura eclética de elementos céticos, estoicos e salvacionistas. O ceticismo envolvido possui um caráter eminentemente moral, em que o conhecimento humano surge como mera forma de vaidade. O estoicismo se inspira principalmente nas doutrinas de Sêneca e converge com a concepção cristã mediante a sua atitude de abnegação diante do sofrimento e das misérias da existência humana. O salvacionismo, por sua vez, traz a solução do problema pela renúncia ao mundo e pelo contato com uma realidade transcendente.

Podemos então dizer que a influência dos lusitanos foi fundamental para o processo ideológico da visão de mundo predominante no Brasil Colônia, devido ao julgamento das mazelas sociais, a exploração dos índios e negros, a formação negativa da autoimagem, a perda da identidade e a libertinagem sexual existente e a predominância da lei do mais forte. Enfim, PINTO (2013, p. 330) ainda expõem que todos os problemas que existiram "no período do catolicismo barroco podem ser vistos

como fazendo parte de um quadro ideológico mais amplo em que a justificação da matriz colonial de poder<sup>5</sup> desempenhou o papel predominante”.

### **3 O PENSAMENTO FILOSÓFICO DO BRASIL COLÔNIA NO PERÍODO DA RUPTURA ILUMINISTA**

Como se pode constatar, a filosofia no período colonial brasileiro foi influenciada por temas tratados a partir da Segunda Escolástica portuguesa, que consistia em obras de caráter religioso que defendia a ortodoxia do catolicismo predominante na Europa e conseqüentemente em suas colônias. Em virtude do caráter religioso, os europeus tentaram legitimar sua colonização.

Outro fator que fundamenta a filosofia, de forma negativa no período colonial brasileiro, é o atraso da colônia em relação à metrópole, Portugal era um dos grandes centros europeus, onde já existiam grandes universidades, aqui ainda estava em vigor à leitura de textos reescritos vindos da Europa, ou seja, pouco avanço significativo em relação à educação e a cultura aconteceram, o que causou um sentimento de superioridade por parte dos europeus em relação às colônias no que tange a intelectualidade.

A visão de superioridade europeia sobre os nativos da Colônia é representada por PINTO (2013), como uma narrativa que está presente na visão de história de Hegel para quem a Europa vive o presente, e o restante da humanidade vive no passado do Espírito. Hegel toma a Alemanha como o centro desse processo. Essa forma de pensar acabou contribuindo para a formação de “nossa autoimagem no contexto da modernidade e da colonização europeia” (PINTO, 2013, p. 327). Uma autoimagem inspirada na ideologia lusitana, que categorizava os povos não europeus a seres primitivos e bárbaros, sem maturidade e sabedoria para uma evolução intelectual, permitindo a prevalência de um sentimento de inferioridade, e a perda da dignidade em tal contexto.

---

<sup>5</sup> A matriz colonial de poder [...] é caracterizada pela combinação de uma *retórica da modernidade* com uma *lógica da colonialidade*. A primeira é constantemente nomeada e celebrada, através das ideias de *progresso, desenvolvimento e crescimento*, enquanto a última é silenciosa ou nomeada como problemas a ser resolvidos pela primeira: pobreza, miséria, desigualdade, injustiça, corrupção, mercantilização e dispensabilidade da vida humana. Influenciado por Aníbal Quijano, Mignolo afirma que a agenda da colonialidade se encontra escondida por trás da modernidade, mas sob a forma de uma vergonha secreta da família, escondida no sótão. (PINTO, 2013, p. 325).

A partir de meados de 1808, o Brasil Colônia passa por profundas transformações ocasionadas pela expulsão dos jesuítas, onde às mudanças na educação são visíveis. Surgem novas ordens religiosas para estabelecer escolas no Brasil, no entanto, os novos sistemas pedagógicos não eram suficientes para suprir a demanda.

Com a transferência da família real para o Brasil, a situação educacional tomou outro caminho, “Dom João VI abriu academias militares, escolas de direito e medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico”, entre outras medidas necessárias para impor mudanças. Houve então a implantação de um sistema educacional que superou a precariedade do momento, como a emancipação do pensamento científico nas universidades portuguesas e uma ruptura com o método de ensino jesuítico

. Dessa forma, pensadores brasileiros apresentavam textos filosóficos para o novo momento, sendo os principais: Silvestre Pinheiro Ferreira (Prelações filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, Considerações sobre a gramática filosófica...); Frei Joaquim do Amor (Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres destes com a mesma pátria...) e Hipólito José da Costa (Correio Brasiliense ou Armazém literário...).

Silvestre Pinheiro estava direcionado para além da filosofia, literatura, política e direito. Produziu diversos textos filosóficos que tiveram grande importância e contribuíram para estruturar a política da Colônia brasileira durante o Império. Era detentor de grandes conhecimentos e queria incutir nos brasileiros o toque refinado do bom gosto. Dentre suas produções, as Preleções filosóficas. Era um plano ambicioso que tinham como meta a sistematização e unificação dos conhecimentos, tanto que abarcavam a filosofia, a literatura, o direito e a política, promovendo uma miscelânea de informações. PINTO (2013, p. 337) ressalta que:

Pinheiro Ferreira define a tarefa intelectual do ser humano como envolvendo a capacidade de discorrer com acerto e falar com correção a respeito do mundo físico e do mundo moral, envolvendo o primeiro as leis dos corpos que formam o sistema do mundo e o segundo os deveres de cada um para consigo mesmo, para com a sociedade e para com o Ente Supremo que nos criou.

Suas ideias e obras filosóficas contribuíram significativamente para a evolução cultural do Brasil, permitindo o intercâmbio de ideias e opiniões a outros pensadores

capazes de tentar resolver problemas que afligem a maioria dos pensadores brasileiros e lusitanos do século XIX.

Hipólito José da Costa, também foi um pensador que defendia as causas brasileiras que poderiam levar o país a independência e ao progresso. Defendia as ideias liberais, a filosofia e o direito, contribuindo significativamente com a evolução do pensamento filosófico brasileiro, a partir da criação do primeiro jornal intitulado Correio Brasiliense. Apesar de se localizar na Inglaterra, circulava no Brasil e tinha como objetivo “promover o progresso do Brasil, elevando-o de categoria de colônia para a de nação” (PINTO, 2013, p. 352).

Hipólito José compartilhava com as ideias filosóficas de Silvestre Pinheiro, ao realizar leituras, resenhas e publicações de seus textos em seu jornal, contribuindo para a troca de ideias filosóficas no Brasil, permitiram um avanço mais rápido do pensamento filosófico brasileiro.

A filosofia do Brasil Colônia surgiu com caráter religioso, sendo legitimada pela colonização portuguesa que excluiu os avanços necessários em favor de uma nova cultura com ar de superioridade, a qual exigia novos questionamentos e práticas humanas capazes de gerar o crescimento de uma autoimagem negativa entre os nativos do período quanto ao modo de pensar, viver e ver o mundo. Nesse sentido, as abordagens de textos produzidos por pensadores da época tiveram uma parcela de contribuição para a análise do momento, estruturação e desenvolvimento da filosofia no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No caminho percorrido até aqui com a ajuda da pesquisa foi possível perceber o surgimento da Filosofia desde a chegada dos portugueses no Brasil Colônia. Muitos anos se passaram e o que se percebe é a existência marcante da depreciação dos povos nativos daquele período, no que diz respeito a sua cultura, ao seu modo de pensar, de viver e ver o mundo. Entretanto, conhecer o início da história brasileira no período da colonização é um trabalho e extremamente significativo, pois permite uma maior compreensão dos fatos marcantes que foram fundamentais para o surgimento da Filosofia Ocidental no Brasil.

No decorrer do trabalho foi possível verificar que no início do período colonial, a cultura e o pensamento local foram totalmente menosprezados para dar lugar a ideologia dominante dos portugueses invasores. Dessa forma, concluiu-se que os séculos XVI, XVII e XVIII, marcaram a conjuntura colonial e o desenvolvimento do pensamento filosófico no Brasil, tendo iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses e se estendido até a ruptura iluminista. Além disso, ressalta-se que esse período foi embasado pela escolástica tardia esvaziada, transplantada da Europa, que exerceu forte influência sob os povos nativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento da filosofia no Brasil.

Por todas as razões aqui apresentadas finalizamos o artigo concluindo que, o trabalho desenvolvido a partir da análise da conjuntura colonial brasileira, para analisar o pensamento filosófico é um recurso relevante para o meio acadêmico e científico, pois estimula a pesquisa entre os alunos e contribui para construir a capacidade de analisar e reproduzir com mais eficácia, sobre o surgimento do pensamento filosófico brasileiro do período colonial.

Como sugestão para novas pesquisas, recomenda-se que pensadores possam pesquisar, estudar e conhecer mais para entender melhor o nascimento e o desenvolvimento da Filosofia no Brasil, procurando analisar com cautela as questões que incorporavam a visão de mundo dos povos nativos do período colonial, acrescido da visão transplantada dos portugueses invasores, de forma a contribuir para que haja a compreensão das análises de caráter filosófico desenvolvido do Brasil Colônia, de modo que a filosofia possa estar presente e ser sempre discutida para mediar as investigações em cada período da história filosófica do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

DOMINGUES, Ivan. **Filosofia do Brasil: legados e perspectivas – Ensaio metafilosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAIM, Antônio. **Histórias das ideias filosóficas no Brasil**. 6ª ed. Vol. I. Londrina: Edições humanidades, 2007.

PINTO, Paulo Roberto Marcutti. **História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 1ª parte: o período colonial (1500-1822)**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.